



Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais: Diário do Amazonas (AM), Diário do Pará (PA), Diário da Amazônia (RO), A Gazeta (AC) e A Gazeta (MT), por ocasião do lançamento do Plano Amazônia Sustentável

Entrevista publicada no dia 8 de maio de 2008

A Gazeta (AC): Em dezembro, fará 20 anos que o líder ambientalista Chico Mendes foi assassinado, em Xapuri. Vossa Excelência conheceu Chico Mendes e sua luta pela preservação da Amazônia. Vossa Excelência compareceu ao velório de Chico Mendes e se indignou. Alguns anos antes, Vossa Excelência conheceu outro líder sindical, Wilson Pinheiro, de Brasília, que também foi assassinado. Vossa Excelência esteve no seu velório e chegou a dizer que era chegada "a hora da onça beber água", conclamando os trabalhadores a resistirem à violência, à grilagem, à destruição da floresta. Agora, como presidente da República, como Vossa Excelência avalia que os ideais de Chico Mendes, de Wilson Pinheiro estão sendo honrados?

Presidente: Fico feliz que lideranças tão atuantes na defesa da Amazônia e de seu povo tenham sido mencionadas aqui. O Plano Amazônia Sustentável (PAS) tem como objetivo geral justamente promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, mediante a implantação de um novo modelo – que valorize e proteja seu enorme patrimônio natural. O PAS prevê investimentos em tecnologia e infra-estrutura na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras para a geração de emprego e renda na região. O nosso objetivo é melhorar as condições de vida da população, levando em conta o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos nossos biomas. Creio que estes eram também os objetivos da luta de Wilson Pinheiro



e Chico Mendes, meus queridos e saudosos companheiros. Implementar um modelo de desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável na região é a melhor maneira de honrar os ideais desses dois grandes representantes do povo brasileiro. E basta ver a história recente do nosso País para perceber que a luta deles gerou frutos importantes. Hoje, passados 20 anos do primeiro encontro para a criação da Aliança dos Povos das Florestas, vemos que os índios estão reconquistando o direito sobre suas terras ocupadas, e foi criada uma nova modalidade de unidade de conservação, que viabilizou as reservas extrativistas. Essas comunidades vêm inscrevendo na história deste País o direito de ter expressas suas idéias, seus rostos, sua cultura.

Diário do Pará (PA): O atual governo está empenhado em conter o desmatamento na Amazônia. Ao mesmo tempo, convive com organizações ligadas aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária empregando métodos à margem da lei e nem sempre pacíficos, como as invasões de propriedades privadas. Dessas organizações, que invariavelmente recebem apoio material e financeiro do Incra, as mais conhecidas são o MST, a Via Campesina, a Fetraf e a Liga dos Camponeses Pobres. Como é que o governo pretende conciliar o plano de redução do desmatamento na Amazônia com a escalada cada vez mais impetuosa de grupos organizados em defesa da reforma agrária, quando se sabe que eles não se impõem limites nem mesmo diante de projetos de manejo aprovados pelo Ibama e muito menos das áreas que constituem a reserva legal das propriedades, quando se dá a invasão?

Presidente: Em primeiro lugar, vale a pena ressaltar que o nosso governo tem colhido bons frutos em sua política de proteção da Amazônia. Tanto que o desmatamento diminuiu de 27 mil km² em 2004 para 11,2 mil km² em 2007 – uma queda acumulada de 59% no período. Soubemos responder rapidamente



ao pico de desmatamento que ocorreu no segundo semestre de 2007, com a criação de um grupo de trabalho específico e ações de repressão e fiscalização, como a operação Arco de Fogo, da Polícia Federal. Os movimentos sociais rurais e as organizações dos trabalhadores têm sido parceiras do governo nesse esforço, e nós os reconhecemos como legítimos interlocutores no processo de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Eventuais excessos cometidos em uma ou outra ocasião serão coibidos, mas não invalidam a participação desses segmentos, nem os descredenciam como aliados na luta contra o desmatamento e a exploração predatória dos nossos recursos naturais. Com o PAS e outras ações empreendidas pelo governo, estamos construindo um modelo de desenvolvimento que preserve a nossa floresta e garanta a qualidade de vida da população local.

Diário do Amazonas (AM): O Amazonas tem praticamente toda a sua economia baseada nos investimentos atraídos pelos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, que é um modelo de desenvolvimento que tem – se não houver mudanças na Constituição – prazo de validade. Além disso, é um modelo sustentável e não poluente. O modelo Zona Franca deve ser permanente ou ter um prazo de validade estendido? Como o Sr. analisa o futuro dos incentivos fiscais e das vantagens comparativas da Zona Franca dentro do seu Programa Amazônia Sustentável?

Presidente: Eu considero o modelo da Zona Franca, ou mais apropriadamente, do Pólo Industrial de Manaus (PIM), como muito bem-sucedido. Se você levar em conta o faturamento de mais de 45 bilhões de reais de suas empresas, o desenvolvimento tecnológico que elas têm proporcionado e a forte geração de empregos locais – que ultrapassam os 100 mil postos de trabalho –, há de concordar comigo. Mas talvez o grande êxito do PIM tenha sido sua



capacidade de combinar desenvolvimento econômico com preservação da biodiversidade no Estado do Amazonas. Por tudo isso, em minha opinião, esse modelo deveria ser renovado no futuro e, mais do que isso, exportado para outras regiões da Amazônia.

Diário da Amazônia (RO): A região Norte do país é de indiscutível carência nos mais diversos setores. Para que a Amazônia possa tornar-se realmente auto-sustentada e tenha índices de desenvolvimento comparáveis ao resto do país, existem muitas frentes que devem ser “atacadas” ao mesmo tempo. A infra-estrutura de transporte, de saneamento, a educação, o investimento em saúde... Como o Plano Amazônia Sustentável vai enfrentar a sangria de recursos públicos gerada pela corrupção, evitar que seus recursos não venham a se tornar “bens particulares”, como já aconteceu tantas outras vezes em nosso país?

Presidente: O PAS contempla todas essas dimensões que você está citando. Desde aspectos regulatórios, de zoneamento, até a infra-estrutura física e humana na região. Mais do que isso, ele trabalha, desde a sua origem, com a concepção de que tanto em seu processo de elaboração como de implementação, deve-se propiciar a mais ampla participação social. Não por acaso, foram realizadas duas rodadas de consultas públicas em todas as nove capitais da Amazônia Legal, com a participação de mais de 5 mil representantes de organizações dos mais distintos segmentos sociais. É essa participação, juntamente com a seriedade que tem caracterizado todas as ações do Governo Federal, que vai garantir a transparência, a racionalidade e o sentido de interesse público nas políticas do PAS. O Brasil mudou, a sociedade está mais atenta, a imprensa está sempre de olho e os órgãos públicos têm instrumentos de fiscalização mais eficazes para garantir que esse projeto atinja plenamente os seus objetivos.



A Gazeta (MT): O principal problema da Amazônia é fundiário. Qual é o plano do governo, e como ele vai ser executado, para colocar a Amazônia como fonte de economia sustentável e não a serviço de grileiros, latifundiários improdutivos e invasores à procura de nossa biodiversidade?

Presidente: A realização da regularização fundiária na Amazônia é um imenso desafio, que estamos encarando de frente. Exatamente por isso, constitui-se em uma das principais ações previstas no eixo de ordenamento territorial do PAS. O Governo Federal vem procurando obstruir as ações dos grileiros mediante a adoção de instrumentos como a Portaria nº 10 do INCRA/MDA, que impede a concessão de novos Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) em áreas situadas em terras públicas da União e busca promover a destinação das terras de acordo com as suas potencialidades. Dessa forma, com o correto zoneamento ecológico-econômico e uma presença mais efetiva do Estado nessas regiões, além do espírito consciente e trabalhador do povo da região Norte, estou convencido de que o Brasil vai desenhar um modelo econômica e ambientalmente sustentável para a Amazônia, que pode até ensinar ao mundo.

(\$31DGKL)